



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/06/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado criticou ataques da Esquerda ao Senador Flávio Bolsonaro e contestou a narrativa de que ele e o ex-Deputado Eduardo Bolsonaro seriam responsáveis por eventual aumento de tarifas dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Além disso, afirmou que o Senador atuou junto a interlocutores do Governo norte-americano para evitar medidas que prejudicassem a economia brasileira e para defender o enquadramento das facções Primeiro Comando da Capital e Comando Vermelho como organizações terroristas. Também declarou que o Brasil deveria preservar relações de parceria com os Estados Unidos e direcionou críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por fim, manifestou apoio à candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro em 2026 e ao Senador Sergio Moro no Paraná.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e afirmou que elas representam incentivo à hostilidade contra adversários políticos. Além disso, relacionou as falas ao atentado sofrido pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro em Minas Gerais e argumentou que manifestações dessa natureza poderiam estimular ações contra o Senador Flávio Bolsonaro, apontado como pré-candidato à Presidência da República. Também informou que, na condição de Líder da Oposição na Câmara dos Deputados, protocolou medidas junto ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República para apuração do caso. Por fim, sustentou que as instituições competentes deveriam adotar providências diante das declarações atribuídas ao Presidente da República.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação do Senador Flávio Bolsonaro e do ex-Deputado Eduardo Bolsonaro em temas relacionados às relações entre Brasil e Estados Unidos, atribuindo à família Bolsonaro iniciativas para prejudicar o Governo Federal e a economia do País. Além disso, contestou as críticas da Oposição às declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, argumentando que expressões semelhantes já haviam sido utilizadas pelo ex-Presidente Jair Bolsonaro em discursos políticos. Também classificou Flávio Bolsonaro como responsável por ações contrárias aos interesses nacionais e afirmou que eventuais impactos de novas tarifas norte-americanas sobre produtos brasileiros deveriam ser explicados pelo Senador. Por fim, defendeu a atuação diplomática do Governo Federal e creditou ao Presidente Lula esforços para reduzir barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a retomada de convênio entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), classificando a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

medida como prejudicial aos aposentados. Além disso, associou a entidade às denúncias de descontos indevidos em benefícios previdenciários e afirmou que o Governo Federal atuou para impedir a instalação da CPMI destinada a investigar o caso. Também declarou que a retomada do acordo representou desrespeito aos beneficiários da Previdência Social. Por fim, informou que a Liderança da Oposição adotaria iniciativas políticas e parlamentares para contestar a decisão e acompanhar seus desdobramentos.

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada criticou a expansão das apostas esportivas *on-line* e associou a atividade ao endividamento, ao sofrimento emocional e à desagregação econômica de famílias brasileiras. Em seguida, afirmou que a regulamentação do setor contou com iniciativas dos Governos Michel Temer, Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, responsabilizando diferentes gestões pela consolidação do mercado de apostas. Também defendeu o fim dessa modalidade de jogo e destacou a apresentação de proposta legislativa com esse objetivo. Por fim, argumentou que a tributação das apostas não resolveria os impactos sociais da atividade e apelou para que o Congresso Nacional e o Governo Federal adotassem medidas para extinguir o setor.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada à manutenção de ocupação de propriedade rural no Estado de Pernambuco atribuída ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também afirmou que a medida contrariou o direito à propriedade privada previsto na Constituição Federal e desconsiderou ações judiciais movidas pelos proprietários da área. Ademais, sustentou que trabalhadores e produtores rurais deveriam ter seus direitos patrimoniais resguardados pelo Poder Judiciário. Ao concluir, acusou o STF de favorecer integrantes do movimento e classificou a decisão como mais um episódio de desrespeito à Constituição.

Padre João (PT - MG) - O Deputado criticou a atuação da família Bolsonaro e acusou o Senador Flávio Bolsonaro de agir contra os interesses econômicos e a soberania nacional em articulações realizadas nos Estados Unidos. Além disso, defendeu políticas públicas implementadas pelo Governo Federal nas áreas de habitação, emprego, renda e assistência social, argumentando que o foco do Parlamento deveria estar na fiscalização e no fortalecimento dessas iniciativas. Também associou críticas ao impacto de possíveis medidas comerciais norte-americanas sobre a economia brasileira e ao sistema de pagamentos PIX, que classificou como uma conquista nacional. Finalizou cobrando providências institucionais diante das ações atribuídas ao Senador Flávio Bolsonaro e manifestou apoio à atuação do Supremo Tribunal Federal na apuração dos fatos.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado rebateu críticas à renovação de convênio entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS),



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

contestando a atribuição de responsabilidade ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ressaltou que a entidade permaneceu apta a firmar acordos por não ter sido condenada em investigações ou processos relacionados ao caso. Ainda, sustentou que a habilitação da CONTAG observou a legislação vigente e recomendações decorrentes dos trabalhos da CPMI. Ao encerrar, afirmou que a regularidade jurídica da entidade afastava questionamentos sobre a celebração de novos convênios.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado manifestou preocupação com o assassinato de um bebê de 1 mês e 5 dias durante um ataque atribuído a facções criminosas no Estado da Bahia. Nesse contexto, relatou que outras pessoas da mesma família também teriam sido mortas na ação, classificando o episódio como grave e alarmante. Em seguida, associou o caso ao debate sobre segurança pública e direcionou críticas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contestando declarações do chefe do Poder Executivo sobre a criminalidade. Ao final, defendeu maior rigor no enfrentamento às organizações criminosas e chamou atenção para a violência registrada no Estado.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu as ações do Governo Federal no combate ao crime organizado e à corrupção, destacando operações de segurança pública, medidas de asfixia financeira de organizações criminosas e investigações relacionadas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em seguida, associou integrantes da família Bolsonaro e aliados políticos a episódios que prejudicaram os interesses nacionais e favoreceram pressões econômicas externas sobre o Brasil. Ademais, ressaltou a importância da soberania nacional, do sistema de pagamentos PIX e da proteção de recursos estratégicos brasileiros, como minerais críticos e terras-raras. Ao concluir, contrapôs o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a setores que atuam alinhados aos interesses dos Estados Unidos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado solicitou ao Governador da Paraíba a convocação dos suplentes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil. Além disso, afirmou que cerca de quatrocentas famílias aguardavam a nomeação e destacou a redução do efetivo das forças de segurança estaduais nos últimos anos. Por fim, defendeu que a ampliação do quadro de servidores contribuiria para o fortalecimento da segurança pública e para o enfrentamento da criminalidade no Estado da Paraíba.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou Parlamentares que atuavam em alinhamento com interesses dos Estados Unidos, associando essa postura ao Senador Flávio Bolsonaro. Além disso, mencionou denúncias relacionadas à contratação de familiares de pessoas investigadas, bem como questionamentos sobre envolvimento do Senador com Daniel Vorcaro e com fatos ligados ao Banco Master. Na continuidade, cobrou esclarecimentos públicos sobre essas acusações e sobre notícias envolvendo o financiamento de um filme.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Por fim, manifestou repúdio às condutas mencionadas e defendeu a necessidade de responsabilização e transparência diante das denúncias apresentadas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado destacou o programa Maranhão Livre da Fome, criado pelo Governo do Maranhão com o objetivo de combater a insegurança alimentar e a extrema pobreza no Estado. Afirmou que a iniciativa, desenvolvida sob a coordenação de Secretários Estaduais e financiada por receitas provenientes do aumento de impostos sobre determinados produtos, passou a conceder auxílio financeiro destinado exclusivamente à compra de alimentos. Além disso, ressaltou que o programa vinculou o benefício à participação dos integrantes das famílias em cursos de capacitação profissional realizados em parceria com instituições públicas, religiosas e do Sistema S, o que teria contribuído para a inserção de milhares de beneficiários no mercado de trabalho. Por fim, informou que a experiência maranhense foi convidada a ser apresentada na Finlândia como exemplo de política pública voltada ao enfrentamento da fome e da vulnerabilidade social.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado criticou a celebração de novo acordo de cooperação técnica entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), afirmando que a entidade esteve envolvida em descontos irregulares aplicados a aposentados e pensionistas. Além disso, associou o episódio a investigações anteriores sobre cobranças indevidas em benefícios previdenciários e questionou a atuação de dirigentes do INSS e de integrantes do Governo Federal. Na continuidade, manifestou insatisfação com o encerramento das apurações conduzidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do INSS, sustentando que ainda haveria fatos a serem esclarecidos. Por fim, alertou aposentados, pensionistas e pessoas com deficiência para que acompanhem seus contracheques e defendeu a continuidade das investigações sobre possíveis irregularidades relacionadas aos descontos em benefícios previdenciários.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado comentou reportagem da revista Piauí sobre supostas relações entre agentes políticos e Daniel Vorcaro, mencionando trechos de mensagens atribuídas ao Senador Ciro Nogueira. Além disso, associou o episódio a críticas que vem fazendo sobre o que denominou de “BolsoMaster”, sustentando que novas informações continuariam surgindo sobre o caso. Por fim, questionou o teor das conversas divulgadas e ironizou a forma como algumas das mensagens teriam sido redigidas, reforçando suas críticas aos envolvidos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu a atuação do Governo Federal nas investigações sobre descontos indevidos no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e nos desdobramentos relacionados ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Banco Master, afirmando que as apurações alcançaram pessoas ligadas à família Bolsonaro. Além disso, mencionou reportagens e informações que associariam integrantes desse grupo político a Daniel Vorcaro e a empresas investigadas. Por fim, sustentou que os fatos revelariam uma rede ampla de relações e interesses que deveria continuar sendo apurada pelos órgãos competentes.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo Federal, afirmando que promessas apresentadas não teriam sido cumpridas em áreas como infraestrutura, saúde, educação, meio ambiente, segurança pública e política internacional. Além disso, associou os Governos do Partido dos Trabalhadores (PT) a casos de corrupção e ao fortalecimento de facções criminosas, bem como apontou dificuldades enfrentadas pela população em razão do endividamento e da perda do poder de compra. Na continuidade, defendeu a construção de uma alternativa política para as eleições presidenciais e manifestou apoio à pré-candidatura de Flávio Bolsonaro, destacando a necessidade de investimentos em infraestrutura, com atenção a rodovias, portos e aeroportos. Por fim, sustentou que a ampliação dessas obras contribuiria para o desenvolvimento econômico dos Estados e para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado alertou para as precárias condições das rodovias federais e estaduais do Pará, especialmente da Rodovia Transamazônica, da BR-155, da BR-158 e da BR-163, afirmando que a falta de manutenção compromete o deslocamento da população e o escoamento da produção agrícola. Ressaltou que o período de estiagem representa a principal oportunidade para a realização de obras capazes de garantir a trafegabilidade durante o inverno amazônico. Além disso, criticou a insuficiência de investimentos em infraestrutura logística, mencionando problemas em pontes, estradas e serviços de telecomunicações, bem como os impactos desses gargalos sobre o desenvolvimento econômico e social da região. Por fim, defendeu maior atenção dos Governos Federal e Estadual à Amazônia, argumentando que a melhoria da infraestrutura é essencial para reduzir desigualdades regionais, diminuir custos logísticos e assegurar melhores condições de vida à população paraense.

ORDEM DO DIA

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 1978, e da Lei nº 7.805, de 1989. Afirmou que a proposta buscou reconhecer a realidade das pequenas mineradoras, estabelecendo classificações e tratamentos diferenciados para os diversos segmentos da atividade mineral, sem alterar a legislação ambiental vigente. Além disso, argumentou que o texto ampliaria a autonomia da Agência Nacional de Mineração (ANM) na gestão do subsolo brasileiro e reduziria



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

obstáculos enfrentados por pequenas empresas em áreas já requeridas por grandes mineradoras. Por fim, ressaltou que a aprovação da urgência não implicaria votação imediata do mérito, mas permitiria ampliar o debate e aperfeiçoar a proposta.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou o Parlamentar Passarinho pelo Projeto de Lei nº 957, de 2024, de atualização da legislação brasileira, especialmente em benefício de uma região estratégica do Pará e do setor produtivo nacional. Afirmou apoio integral à proposta e criticou a atual administração petista pelo aumento de quase 50 impostos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Criticou a proposta em debate por concentrar poder na mineração, reduzir a autonomia do Estado, dos Municípios e dos Governos Estaduais, e dispensar avaliação ambiental para autorizar a exploração mineral. Além disso, afirmou que a matéria prioriza a atividade minerária acima de outras políticas e ameaça a soberania nacional e a preservação ambiental.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação no requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação no requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Além disso, rebateu a narrativa da Esquerda, do PT e de Lula de que Flávio Bolsonaro e a Direita seriam responsáveis por eventual taxaço americana sobre produtos brasileiros, afirmando que essa situação era falsa e uma tentativa de transferir o ônus político às vésperas da eleição.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a postura do Governo em relação ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, contrastando-a com a conduta adotada em matérias de interesse governamental. Solicitou apoio de colegas e assessorias para alcançar os 257 votos necessários à aprovação do requerimento de urgência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Além disso, alertou para riscos da proposição sobre garimpo, afirmando que o texto não prevê providências diante de trabalho análogo à escravidão, trabalho degradante ou trabalho infantil, nem mecanismos para fechar minas irregulares ou recuperar áreas degradadas.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado afirmou que o relatório citado do Projeto de Lei nº 957, de 2024, não foi votado nem aprovado na comissão e sustentou que o projeto original, que tramitou na comissão presidida pelo Deputado Felipe Barros, não trata da cobrança de taxa, mas amplia a autonomia do Estado e da Agência Nacional de Mineração. Além disso, afirmou que o texto estava parado havia dois anos e defendeu a retomada do diálogo para proteger o Estado, a mineração e o subsolo nacional, hoje concentrado nas mãos de poucas grandes empresas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Mineração, da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, e da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989. Afirmou que a urgência não deveria ser aprovada, pois o relatório disponível no sistema continha vícios graves e poderia abrir caminho para a destruição de direitos dos povos originários e do meio ambiente. Além disso, sustentou que a proposta retira do Estado a capacidade de negar ou revogar concessões, mesmo diante de crimes no território.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado afirmou que o Projeto de Lei nº 957, de 2024, em regime de urgência, não representa cheque em branco e pediu atenção dos Parlamentares, ao comparar a medida ao apoio dado ao atual Presidente da República no arcabouço fiscal. Além disso, declarou que o Governo Lula teria descumprido o arcabouço mais de 20 vezes, o que teria agravado as contas públicas e o caos no País, e atribuiu ao Congresso a responsabilidade por esse cenário.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado comentou o requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral. Citou viagem de Jair Bolsonaro aos Estados Unidos durante seu mandato e declarou que o então Presidente havia manifestado disposição para permitir a exploração de recursos da Amazônia, incluindo terras raras e minerais críticos, por interesses estrangeiros. Também criticou integrantes da Oposição por associarem ao Governo atual decisões que, em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

sua avaliação, foram tomadas pela gestão anterior. Sustentou que os responsáveis por essas iniciativas não poderiam transferir ao Presidente Lula as consequências de seus próprios atos.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado defendeu a tramitação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral e afirmou que a proposta resultou de mais de um ano de debates em Comissão Especial, com participação de representantes de diferentes partidos, audiências públicas e diálogo com órgãos do Governo. Argumentou que o texto não alterou a legislação ambiental nem flexibilizou exigências de licenciamento. Informou que o objetivo foi ampliar a atuação da Agência Nacional de Mineração e reduzir a concentração do controle sobre áreas do subsolo brasileiro por grandes empresas. Sustentou que a proposta buscou criar condições para a participação de pequenas e médias mineradoras, além de transferir ao Estado a competência para autorizar atividades econômicas em áreas já concedidas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral e afirmou que a proposta permitiria a ampliação do garimpo sem regras adequadas de controle. Citou a situação vivida no território ianomâmi como exemplo dos impactos associados à atividade garimpeira sem fiscalização. Informou que a medida representaria riscos ao meio ambiente, à soberania nacional e à vida humana. Declarou que o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério do Planejamento, a Casa Civil e setores representados pelo Ibram manifestaram posição contrária à proposição. Sustentou que o texto não assegurava proteção ambiental nem garantias suficientes para a preservação dos interesses nacionais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou declarações do Presidente Lula contra autoridades dos Estados Unidos, afirmou que a postura do Governo poderia agravar a ameaça de taxaço sobre produtos brasileiros e sustentou que tal cenário prejudicaria a economia nacional. Além disso, declarou que o Governo petista teria sido pior para o País do que a pandemia e defendeu o *impeachment* como saída para evitar um desastre maior.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado afirmou que a urgência aprovada ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral não definiu o texto final, que ainda seria aperfeiçoado pela Câmara dos Deputados. Além disso, defendeu novas mudanças no Código de Mineração para industrializar o minério, verticalizar riquezas minerais e gerar emprego e renda. Por fim, ressaltou que a proposta não ameaçou as reservas florestais e que o MDB manteve responsabilidade ambiental, lembrando a criação do Ministério do Meio Ambiente no Governo Sarney.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou ter sido contrária ao Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral, e informou que apresentou voto em separado na comissão, por considerar que não havia consenso. Além disso, declarou que não apoiaria medida que destruísse o meio ambiente ou enfraquecesse o Estado na fiscalização de territórios cedidos ao garimpo. Por fim, defendeu a soberania nacional, a permanência dos minerais críticos no Brasil e a prioridade do interesse do País sobre pressões externas.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou o fortalecimento do Estado, afirmou que estatais geraram prejuízos bilionários e sustentou que a máquina pública capturou recursos da população sem entregar serviços essenciais como saúde, segurança, educação e água potável. Além disso, atacou a ampliação de regulações e atribuições do poder público, defendeu menos intervenção de Brasília (DF), mais liberdade econômica e maior autonomia para cidadãos, Municípios e comunidades, e cobrou que a Câmara priorizasse outras pautas.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado explicou que a votação do Projeto de Lei nº 957, de 2024, que trata da responsabilidade da exploração da lavra mineral, buscou corrigir entraves na ANM para permitir que o proprietário de uma jazida de areia em São Luís (MA) extraísse o mineral e o fornecesse diretamente à obra de extensão da Avenida Litorânea, no Maranhão. Além disso, afirmou que a restrição da cooperativa elevou em 60% o custo da construção, por causa do frete de Municípios distantes, e gerou impacto ambiental com mais emissões de gás carbônico. Por fim, defendeu mudança na legislação para facilitar a autorização e mencionou problemas de corrupção na ANM, sem deixar de reconhecer a existência de bons servidores.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez um apelo ao Governador da Paraíba para que o DER realizasse, com urgência, reparos e recapeamento nas rodovias estaduais, especialmente no Brejo paraibano, onde relatou buracos, acidentes e danos a veículos. Além disso, criticou a situação precária do porto de Cabedelo (PB) e do aeroporto, afirmou que a parceria público-privada adotada no Estado não atendeu à população e cobrou mais respeito às demandas da Paraíba.

Joaquim Passarinho (PL - PA) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 957, de 2024, que altera o Código de Mineração para, entre outros objetivos, agilizar as autorizações para mineração no Brasil e facilitar a atuação de garimpos de menor porte. Ressaltou que a legislação atual encarece obras públicas, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste, ao impedir o uso de materiais disponíveis próximos às estradas e obrigar o transporte por longas distâncias. Destacou que a proposição não altera a legislação ambiental e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

sustentou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) deve exercer plenamente sua função regulatória. Por fim, lembrou que o subsolo pertence à União e ao povo brasileiro, e não a empresas privadas.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada reclamou que o Presidente em exercício estava agindo de modo parcial ao postergar a votação a fim de alcançar quórum qualificado para a aprovação do requerimento de urgência.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a condução da sessão pelo Presidente em exercício e sustentou que a Mesa estava apenas aguardando que os Parlamentares presentes exercessem o direito de voto. Ressaltou que havia quase 500 Parlamentares no plenário da Câmara dos Deputados, mas apenas 442 tinham votado. Por fim, como Líder da Oposição, pediu o encerramento da votação.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada sustentou que o Presidente em exercício estava prolongando a votação mesmo após o quórum qualificado ter sido alcançado. Ademais, criticou o uso do tempo para favorecer posições pessoais ou partidárias. Além disso, defendeu o papel do Estado em áreas como Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e proteção ambiental. Por fim, criticou o Partido Novo por defender a atuação estatal para salvar bancos, mas não para atender os pobres, e cobrou explicações sobre a doação do pai do Sr. Vorcaro, empresário do Banco Master, na eleição para o Governo de Minas Gerais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a situação da segurança pública na Paraíba e cobrou melhores condições de trabalho para a polícia. Ressaltou que, na Região Metropolitana de João Pessoa (PB), havia apenas uma delegacia aberta em plantão 24 horas, o que reduz artificialmente os registros de boletins de ocorrência. Além disso, lamentou falta de efetivo e de salários adequados e o domínio do Comando Vermelho no Estado. Ademais, criticou o Governo da Paraíba, o Presidente Lula e Governadores aliados por defenderem criminosos. Por fim, criticou a Rede Globo por tratar como terroristas os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, mas não as organizações criminosas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado atribuiu o esvaziamento do plenário da Câmara dos Deputados à participação de Parlamentares no evento organizado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, em Lisboa. Ademais, criticou o encontro por considerá-lo antidemocrático e contrário à liberdade de expressão, além de apontar financiamento anterior de banqueiro corrupto ligado ao Banco Master.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Heloísa Helena (REDE - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2024, que aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006. Ademais, apelou ao Governo Federal para que convoque candidatos aprovados em concursos públicos e integrantes de cadastros de reserva, especialmente médicos peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), assistentes sociais, fisioterapeutas e auditores fiscais do trabalho. Por fim, alertou para a existência de fila superior a 3 milhões de pessoas no INSS e criticou cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que prejudicam famílias pobres e mães de crianças autistas.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2024, que aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006. Ademais, criticou o Governo Lula por se opor à classificação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas pelos Estados Unidos. Além disso, criticou o prejuízo de R\$ 3,1 bilhões dos Correios nos primeiros 90 dias do ano e apontou que facções criminosas ameaçam a soberania interna do País.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 720, de 2024, que aprova o texto da Convenção nº 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o Marco Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho (SST), adotada durante a 95ª Conferência Internacional do Trabalho, em maio de 2006.

BREVES COMUNICAÇÕES

Cleber Verde (MDB - MA) - O Deputado parabenizou a influenciadora Thaynara OG pela realização do São João da Thay e pela divulgação das belezas naturais do Maranhão. Destacou atrativos da Chapada das Mesas e ressaltou sua destinação de recursos para Carolina (MA), a fim de melhorar o acesso às cachoeiras e fortalecer o turismo local. Por fim, convidou os brasileiros a conhecerem os destinos turísticos maranhenses.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado defendeu a classificação das facções criminosas como organizações terroristas, argumentando que a medida ampliaria os instrumentos de combate ao crime organizado. Afirmou que o enquadramento permitiria rastrear recursos financeiros utilizados pelas facções, inclusive valores movimentados no exterior, facilitando a identificação de redes de financiamento. Ao concluir, manifestou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

apoio aos profissionais da segurança pública e destacou a importância de fortalecer os mecanismos de enfrentamento ao crime organizado.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou a atuação de Flávio Bolsonaro em reuniões nos Estados Unidos e associou a agenda do Parlamentar a medidas anunciadas pelo Governo norte-americano, como a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas e a imposição de novas tarifas ao Brasil. Argumentou que essas ações poderiam gerar impactos para empresas e instituições financeiras brasileiras, além de atingir mecanismos como o Pix. Também questionou a coerência de setores da oposição ao tratar do combate ao crime organizado e mencionou vínculos atribuídos pela esquerda ao bolsonarismo com milícias. Por fim, criticou propostas do Partido Novo, contestou a gestão de Minas Gerais e acusou a oposição de disseminar informações enganosas para influenciar a opinião pública.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada rebateu críticas da oposição e associou Flávio Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro às tensões comerciais entre Brasil e Estados Unidos, sustentando que suas articulações internacionais contribuíram para medidas que ameaçam interesses brasileiros. Afirmou que o Governo Lula tem atuado no combate ao crime organizado, à corrupção e na defesa de políticas públicas nacionais. Também criticou o ex-Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, e a atual Governadora Celina Leão, cobrando explicações sobre a situação fiscal do DF e sobre operações envolvendo o BRB. Por fim, acrescentou que a ampliação de renúncias fiscais e a falta de transparência agravaram problemas financeiros que poderiam comprometer investimentos em habitação, saúde, educação e assistência à população do Distrito Federal.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou ações realizadas ao longo de seu mandato em favor do sertão baiano, com ênfase na ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida. Também mencionou a obtenção de recursos para a construção de unidades de Casa Lar nos Municípios de Ribeira do Pombal (BA) e Tucano (BA), destinadas ao acolhimento de crianças em situação de vulnerabilidade. Ao encerrar o pronunciamento, afirmou ter cumprido seu compromisso de promover desenvolvimento social e melhores condições de vida para a população baiana.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado homenageou a posse de Antônio Cavalcante Costa Neto como desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, destacando sua trajetória profissional e seus vínculos com a cidade de Guarabira (PB). Em seguida, rebateu caracterizações negativas do Estado da Paraíba, ressaltando a classificação de rating AA e os esforços do Governador Lucas Ribeiro para solucionar os problemas nas estradas do Brejo (PB) e do Vale do Mamanguape, agravados por chuvas atípicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Além disso, defendeu o Projeto de Indicação nº 901, de 2026, que propõe a incorporação do medicamento Skylarys ao SUS para o tratamento da ataxia de Friedreich.

Sargento Portugal (PODE - RJ) - O Deputado defendeu o reconhecimento, por meio de promoção por bravura, de policiais militares do Rio de Janeiro que participaram de uma operação que resultou na apreensão de sete fuzis, drogas e na prisão de criminosos. Questionou a decisão administrativa que negou a promoção, argumentando que ações dessa natureza não podem ser tratadas como parte da rotina policial e cobrando critérios claros e uniformes para a valorização da tropa. Em seguida, apelou à bancada federal do Rio de Janeiro para apoiar a recomposição salarial dos servidores públicos estaduais, destacando perdas acumuladas desde 2014. Também propôs diálogo com o desembargador Ricardo Couto para discutir alternativas voltadas à recuperação fiscal e à valorização do funcionalismo fluminense.

Marcos Braz (PSDB - RJ) - O Deputado apresentou seis projetos de lei voltados à inclusão social, ao esporte e à preservação cultural. No campo da inclusão, o Projeto de lei nº 2.840, de 2026, determina a reserva de espaços adaptados para pessoas com transtorno de espectro autista (TEA) em estádios e arenas com mais de cinco mil lugares; o PL nº 2.839, de 2026, obriga escolinhas de futebol financiadas com recursos públicos federais a oferecerem turmas femininas; e o PL nº 2.838, de 2026, autoriza pacientes em recuperação pós-cirúrgica a utilizarem, temporariamente, vagas destinadas a idosos e pessoas com deficiência. No campo do reconhecimento cultural e turístico, o PL nº 2.837, de 2026, declara o Complexo Esportivo do Maracanã patrimônio cultural, esportivo e turístico do Brasil; o PL nº 2.835, de 2026, inclui o Museu do Flamengo na rota do turismo nacional; e o PL nº 2.825, de 2026, declara o Clube de Regatas do Flamengo patrimônio histórico, cultural e material do País. Por fim, o Deputado solicitou o apoio dos colegas para a aprovação das propostas, defendendo mais acesso, respeito e sensibilidade como valores centrais da atuação parlamentar.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a condução da política externa do Governo Federal após o anúncio de novas tarifas comerciais dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros. Atribuiu a medida ao que classificou como uma diplomacia ideológica, argumentando que o País teria deixado de priorizar relações comerciais estratégicas e a defesa dos interesses econômicos nacionais. Também apontou falta de capacidade do Governo para antecipar e enfrentar os efeitos das barreiras comerciais. Por fim, defendeu uma atuação técnica dos ministérios responsáveis para negociar a reversão das tarifas e proteger a produção brasileira.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado destacou a destinação de mais de R\$ 2,3 milhões para o Município de São Félix do Tocantins (TO), voltados às áreas de saúde, infraestrutura e serviços públicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 110.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/06/2026

Informou que os recursos contemplarão a aquisição de equipamentos para unidades de saúde, ambulância, motoniveladora, retroescavadeira, investimentos em telecomunicações e a conclusão de um campo de futebol. Também ressaltou a importância das máquinas para a manutenção de estradas vicinais e do campo esportivo como espaço de lazer e integração. Por fim, reafirmou o compromisso de ampliar investimentos e apoiar os municípios tocantinos.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada homenageou os 90 anos do Serviço Social no Brasil, destacando a trajetória da profissão na promoção dos direitos sociais e da justiça social. Ressaltou a atuação dos assistentes sociais em diferentes contextos, como hospitais, escolas, comunidades tradicionais e periferias urbanas, enfatizando seu papel na garantia de direitos e no enfrentamento das desigualdades. Também defendeu a valorização da categoria por meio de remuneração adequada, melhores condições de trabalho e preservação da jornada de 30 horas semanais sem redução salarial. Além disso, reafirmou seu compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com a ampliação de políticas públicas voltadas à proteção social e à promoção da cidadania.

ENCERRAMENTO